

# CAPÍTULO 7

## ASSIMETRIA DE PODER E RESISTÊNCIA: A PERSPECTIVA DE ERIC WOLF SOBRE O CAMPESINATO

---

Data de submissão: 04/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

**Andre Luiz de Souza**

Doutor em Sociologia

Instituição: Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul (UFRGS)  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-2283-5274>  
<http://lattes.cnpq.br/1614503351900417>

mecanismos de dominação e as formas de resistência camponesa, o estudo estabelece paralelos com a agricultura familiar contemporânea e sugere novas abordagens para pesquisas futuras neste campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Camponeses, Poder, Resistência, Capitalismo, Mercados.

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo examinar as relações de poder entre camponeses e governantes, tomando como base a obra de Eric Wolf. O foco está na apropriação dos excedentes, na subordinação dos camponeses às elites e nas estratégias de resistência desenvolvidas ao longo da história. A pesquisa também analisa a influência dos sistemas agroalimentares e do capitalismo na desagregação do mundo camponês, que levou à transição de uma produção voltada à subsistência para cultivos destinados ao lucro. A metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica das principais obras de Wolf, como *Sociedades Camponesas* e *Europa e os Povos sem História*, com o objetivo de identificar os conceitos fundamentais que elucidam a assimetria de poder entre os camponeses e as elites dominantes. Ao investigar esses

POWER ASYMMETRY AND  
RESISTANCE: ERIC WOLF'S  
PERSPECTIVE ON PEASANTRY

**ABSTRACT:** This study aims to examine the power relations between peasants and rulers, based on the work of Eric Wolf. The focus is on the appropriation of surplus, the subordination of peasants to elites, and the strategies of resistance developed throughout history. The research also analyzes the influence of agri-food systems and capitalism on the disintegration of the peasant world, which led to the transition from subsistence-oriented production to profit-driven cultivation. The methodology is based on a literature review of Wolf's major works, such as *Peasant Wars of the Twentieth Century* and *Europe and the People Without History*, with the objective of identifying key concepts that elucidate the

power asymmetry between peasants and dominant elites. By investigating these mechanisms of domination and forms of peasant resistance, the study draws parallels with contemporary family farming and suggests new approaches for future research in this field.

**KEYWORDS:** Peasants, Power, Resistance, Capitalism, Markets.

## INTRODUÇÃO

Eric Wolf, um dos principais antropólogos do século XX, contribuiu de forma significativa para o estudo dos camponeses e suas relações com o poder. Em obras como “*Sociedades Camponesas*” (1970) e “*Europa e os Povos sem História*” (1982), Wolf argumenta que os camponeses estão no centro de processos históricos fundamentais, como a centralização política, a estratificação social e a formação de Estados. Eles continuam sendo elementos-chave em questões como desenvolvimento, revoluções e mudanças ambientais nos séculos XX e XXI. Para Wolf, os camponeses não são figuras atrasadas ou isoladas, mas sim atores integrados em sistemas sociais complexos e desiguais. Nas relações atuais, eles se transformaram em agricultores familiares (Abramovay, 1992; Ploeg, 2006).

Wolf concebe a cultura como a base a partir da qual as ideologias são formadas e ganham relevância. Segundo ele, a ideologia seleciona, do campo mais amplo da cultura, os elementos que lhe são mais convenientes, capazes de atuar como símbolos, emblemas ou marcas que enfatizam as relações desejadas (Ribeiro, 1998, p. 156). Além disso, afirma que as ideologias criam esquemas unificados ou estruturas desenvolvidas com o propósito de sustentar ou expressar poder (Wolf, 1999, p. 4).

Para compreender como as ideologias se transformam em programas para o exercício da dominação, é essencial analisar o conceito de poder. Wolf (1999, p. 4-5) define o poder como “um aspecto de todas as relações entre as pessoas”, uma ideia que ele tomou de Norbert Elias (1897-1990). Elias argumenta que “equilíbrios mais ou menos flutuantes de poder constituem parte integrante de todas as relações humanas” e que esses equilíbrios participam de um jogo em que alguns perdem, outros ganham e alguns até monopolizam o poder. Isso gera esforços para contestar e desestabilizar essas posições privilegiadas. Conceber o poder como relacional permite diferenciá-lo em quatro modalidades (Wolf, 1999, p. 5).

A primeira modalidade é o poder individual, que se refere à “potência ou capacidade inerente a um indivíduo”. Esta visão, de influência nietzsiana (referente a Friedrich Nietzsche, 1844-1900), ajuda a explicar por que as pessoas participam do jogo do poder, mas não explica o próprio jogo. A segunda modalidade é o poder transacional, que “se manifesta nas interações entre pessoas” e diz respeito à capacidade de um indivíduo impor sua vontade sobre outro. Essa perspectiva weberiana (referente a Max Weber, 1864-1920) não leva em conta os contextos em que essas interações ocorrem.

A terceira modalidade é o poder tático ou organizacional, que controla os contextos nos quais as pessoas demonstram suas habilidades e interagem, utilizando instrumentos que permitem que alguns controlem as ações dos outros. Por fim, a quarta modalidade é o poder estrutural, que se manifesta nas relações e organiza os próprios contextos, direcionando e distribuindo os fluxos de energia. Em termos marxianos, está relacionado ao poder de distribuir e alocar o trabalho social. Essa modalidade de poder também é abordada por Michel Foucault, que a associa à “governança”, ou seja, ao exercício de “ação sobre a ação” (Wolf, 1999, p. 5).

Wolf expõe os mecanismos subjacentes à dominação, mostrando que, embora as ideologias tenham lógicas e formas culturais distintas, os detentores do poder em cada sociedade sempre exerceram controle sobre os acontecimentos políticos, rituais e cosmológicos. Eles utilizaram elementos culturais preexistentes para construir imaginários que os retratavam como figuras sobrenaturais. A partir de sua análise, é possível inferir que momentos de crise criam condições favoráveis para a concentração e o fortalecimento do poder. Isso ocorre porque, à medida que as elites dominantes recorrem a explicações cosmológicas da natureza, qualquer contestação por parte das classes populares pode ser interpretada como uma crise e, assim, ser sistematicamente neutralizada (Yengoyan, 2001, p. xvi).

A cultura camponesa, segundo Wolf, é moldada por processos ecológicos, políticos, econômicos e ideológicos. Os camponeses estão sempre inseridos em uma teia de relações com as classes dominantes e o mercado, o que resulta em trocas desiguais. Eles precisam equilibrar as demandas externas com suas necessidades internas, frequentemente caindo em desequilíbrio, seja pela desnutrição, revoltas ou migração para áreas urbanas — realidades que podem ser comparadas à situação do Brasil contemporâneo.

Wolf destaca que os camponeses transferem seus excedentes para grupos dominantes, que governam, consomem parte desses excedentes e os redistribuem entre grupos não envolvidos na agricultura. Embora os camponeses possuam relativa autonomia devido ao acesso à terra, sua subordinação a essas elites é constante. Wolf descreve o campesinato como um sistema socioeconômico rural dependente do mercado, onde a produção não se destina apenas ao consumo familiar, mas também às relações sociais e à apropriação de parte dos excedentes pelos dominadores.

O conceito de “fundo de manutenção”, introduzido por Wolf, refere-se ao conjunto de recursos destinados à subsistência, incluindo o pagamento de dívidas e obrigações com os grupos dominantes, além de fundos ceremoniais e de aluguel. Mesmo com essa organização interna, os camponeses enfrentam pressões constantes, sendo obrigados a equilibrar as demandas externas e internas.

Wolf identifica dois tipos de camponeses: os paleotécnicos, que têm pouca dependência do mercado, e os neotécnicos, mais integrados ao sistema mercantil e, portanto, mais vulneráveis às flutuações de preços. A monocultura, impulsionada pela

modernidade, desestrutura a vida camponesa tradicional e enfraquece a autonomia desses trabalhadores, intensificando sua dependência do mercado global.

As “coalizões” que Wolf explora são alianças formadas pelos camponeses para resistir às pressões externas. Essas coalizões podem ser horizontais (entre camponeses) ou verticais (com grupos de poder), variando conforme as circunstâncias. Para Wolf, essas coalizões são estratégias essenciais de sobrevivência e resistência, necessárias para enfrentar a opressão política e econômica.

O objetivo deste capítulo é analisar a perspectiva de Eric Wolf sobre a assimetria de poder entre camponeses e governantes, destacando como os camponeses, ao longo da história, têm sido parte central de sistemas sociais e econômicos desiguais. Também se pretende explorar as dinâmicas de dominação, a apropriação dos excedentes camponeses pelas elites e as formas como essas populações articulam estratégias para manter sua autonomia relativa. Além disso, será examinado o impacto das pressões externas, como o mercado e o capitalismo, sobre as práticas camponesas e suas formas de resistência e adaptação.

A metodologia deste estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica da obra de Eric Wolf, com foco em suas análises antropológicas sobre a relação entre camponeses e governantes. Foram explorados textos clássicos de Wolf, como “*Sociedades Camponesas*” (1970) e “*Europa e os Povos sem História*” (1982), para identificar os principais conceitos que fundamentam a assimetria de poder entre camponeses e elites dominantes. A partir dessa revisão, investigaram-se os mecanismos de dominação e apropriação de excedentes, as formas de organização social camponesa e as estratégias de resistência, traçando paralelos com estudos contemporâneos sobre agricultura familiar e economia camponesa.

Por fim, Wolf conclui que o capitalismo desencadeou uma profunda transformação na vida camponesa, desestruturando suas redes de sociabilidade e enfraquecendo os mecanismos de reciprocidade. As forças do mercado substituíram as antigas redes de solidariedade, acentuando a individualização e dificultando a construção de autonomia das populações rurais na contemporaneidade.

## **DOMINAÇÃO, EXCEDENTES E A DESAGREGAÇÃO DO MUNDO CAMONÊS NO CONTEXTO DO CAPITALISMO GLOBAL**

Eric Wolf foi uma figura central nos estudos sobre camponeses e desempenhou um papel crucial no avanço de questões centrais das Ciências Sociais. Assim como os camponeses foram fundamentais nas primeiras grandes transformações da história humana — centralização política, estratificação social e formação do Estado — eles continuaram a ocupar uma posição central em tópicos do século XX e início do século XXI, como desenvolvimento, acumulação de capital, mudanças e crises ambientais e revoluções. Wolf não via os camponeses como um objeto de estudo limitado ou como símbolos de atraso ou isolamento rural. Pelo contrário, sua perspectiva os colocava como atores inseridos

em sistemas sociais e culturais complexos, definidos por relações de classe desiguais, e não como entidades isoladas (Wolf, 2001). Para ele, a cultura camponesa é moldada por processos ecológicos, políticos, econômicos e ideológicos, refletindo uma interação constante entre esses fatores.

Os camponeses estão se relacionavam com ambientes naturais, com classes dominantes, com governantes e regras sociopolíticas, com ordens simbólicas e com uma gama de forasteiros e interlocutores (Wolf, 1966). Isso significava atender a várias formas de troca desigual com os detentores do poder (Wolf, 2001), bem como às atividades necessárias para renovar a vida na terra ou em um determinado ambiente local (Wolf, 1966). O camponês estava, na visão de Wolf, sempre tentando equilibrar demandas impossíveis e muitas vezes caindo desse ponto de equilíbrio, seja morrendo de desnutrição, rebelando-se ou fugindo para as favelas urbanas (Wolf, 1969), realidades semelhantes do Brasil atual.

Os escritos de Wolf sobre camponeses, nesse sentido, nunca foram apenas sobre camponeses, mas também sobre sistemas sociais complexos, diferenciados e desiguais (Wolf; Mintz, 1957), e nunca somente sobre um lugar pequeno e um momento estático (o “presente etnográfico” ficcional), mas sim sobre trajetórias e transformações históricas, em uma teia de conexões por toda parte (Wolf, 2001). Conhecer as histórias camponesas, para o antropólogo, era uma forma de “[...] recuperar uma parte significativa de nós mesmos, para que possamos obter um conhecimento mais efetivo do mundo” (Wolf, 1982, p. 5).

Na obra *Sociedades Camponesas*<sup>1</sup>, Wolf (1970) destaca que, ao contrário das sociedades primitivas, onde os excedentes são trocados diretamente entre grupos ou membros da comunidade, os camponeses transferem seus excedentes para grupos dominantes. Esses grupos, por sua vez, “[...] governam, utilizam os excedentes para manter seu próprio nível de vida e distribuem o restante para setores da sociedade que não cultivam a terra, mas que, em troca, fornecem bens e serviços” (Wolf, 1970, p. 16).

Em outras palavras, o camponês sempre permanece inserido em um sistema maior, no qual está em posição subalterna, apesar de ter acesso à terra e, por meio dela, conseguir um grau importante de autonomia relativa. O autor afirma que a palavra camponês se refere a um sistema socioeconômico de produtores de pequena escala que dispõe de uma tecnologia não industrial relativamente simples. O sistema é essencialmente rural e depende da existência de um mercado. A relativa autonomia dos camponeses passou a ter que conviver com essas diferentes formas de dominação que influem na organização dos camponeses e geram, por sua vez, distintos tipos de campesinato. Nessa perspectiva, o “[...] mundo camponês não é amorfo [...]”, mas ordenado, “[...] possuindo formas particulares de organização social”, as quais variam de um ambiente camponês para o outro” (Wolf, 1970, p.10).

O antropólogo tipifica o camponês como sendo, ao mesmo tempo “[...] um agente

---

<sup>1</sup> O título da tradução brasileira, *Sociedade Camponesa*, não expressa corretamente o enfoque de Wolf, que privilegiou o estudo de camponeses e não o de “sociedades” camponesas (Ribeiro; Feldman-Bianco, 2003).

econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar” (Wolf, 1970, p. 28). Além de ser uma organização produtiva, a unidade camponesa está voltada para o consumo dos membros da família.

A unidade de produção camponesa é a combinação de consumo e de trabalho. Esse ponto de vista de Wolf, de acordo com Schneider e Gazola (2007), coincide em boa parte com a teoria de Chayanov sobre unidade econômica campesina. Os autores, contudo, esclarecem algumas diferenças fundamentais: para Wolf, os camponeses compreendem “[...] sociedades não primitivas que produzem excedentes que são apropriados pelos grupos que os dominam e que fazem parte da sociedade mais ampla em que os camponeses estão inseridos” (Schneider; Gazola, 2007, p. 94); além disso, a produção camponesa não visa somente ao consumo, mas, por meio dela, estabelece relações sociais com outros grupos.

Para Wolf (1970), o camponês separa sua produção em diferentes categorias. Uma delas é o “fundo de manutenção”, destinado à subsistência; as demais partes têm funções sociais específicas, como o fundo ceremonial, relacionado aos custos das interações sociais; o fundo de aluguel, usado para pagar dívidas a quem exerce poder sobre ele; e, por fim, o fundo de poder, apropriado pelos dominadores (Wolf, 1970). Assim, o camponês organiza seu cotidiano de acordo com os gastos necessários para garantir sua subsistência e a continuidade da produção e consumo, o que Wolf chama de “fundo de manutenção”.

Schneider e Gazolla (2007) destacam que o antropólogo vê o camponês “[...] como um produtor de excedentes que se integra a uma sociedade mais ampla, da qual é geralmente subordinado aos grupos dominantes” (Schneider; Gazolla, 2007, p. 95). Além disso, para se alimentar, o camponês produz o “[...] mínimo calórico, que [...] pode ser definido como o consumo diário de calorias alimentares exigidas para compensar o desgaste de energia resultante de seu trabalho” (Schneider; Gazolla, 2007, p. 95).

Uma compreensão relevante nas pesquisas de Wolf (1970) é que o camponês estabelece uma lógica que assegura a ordem social de seu pequeno mundo. Isso vai além da mera manutenção da família, envolvendo também a preservação de sua identidade cultural. O camponês “[...] necessita manter os meios de produção, ter relações sociais e, devido à sua subordinação à sociedade envolvente, transferir o ‘fundo de lucro’ para os grupos dominantes” (Schneider; Gazolla, 2007, p. 95).

Wolf observa que, apesar da manutenção da “ordem social”, sempre haverá uma certa tensão entre a existência camponesa e sua subordinação ao sistema hegemônico. Ele afirma: “[...] os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências externas, estando sujeitos às tensões provocadas pela luta para preservar esse equilíbrio” (Wolf, 1970, p. 28).

Na ótica de Carvalho (2017), a definição wolfiana de camponês vai além de um mero estilo de vida; ela representa “[...] uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante” (Carvalho, 2017, p. 5). Wolf também reconhece a relação entre os camponeses e o sistema econômico global como uma forma de reprodução

do capital, resultante da apropriação de uma parte significativa do sobretrabalho dos produtores familiares. Cunha (2017) observa que as “[...] sociedades camponesas são pensadas também a partir da relação direta que mantêm com o mundo externo, o qual, em geral, as explora, constituindo um modelo de subordinação econômica” (Cunha, 2017, p. 72).

A partir dessa relação assimétrica, o controle sobre o trabalho, os excedentes e uma parte significativa dos meios de produção é transferido aos grupos dominantes (Cunha, 2017). Para Woortmann (1995), é justamente o domínio sobre esses fatores que os camponeses buscam, em uma tentativa de ampliar seus processos de autonomia, os quais, no entanto, não eliminam outros fatores de dependência. Assim, a autonomia relativa e a dependência não se anulam mutuamente (Woortmann, 1995).

Wolf baseia-se no conceito de camponês de Chayanov, considerando esse sujeito “[...] em um só tempo, um agente econômico e o chefe de uma família. Sua propriedade é tanto uma unidade econômica quanto um lar” (Wolf, 1970, p. 28, grifo nosso). Por essa razão, Wolf (1970) enfatiza que a grande questão do camponês é equilibrar as cobranças externas e as necessidades de autoconsumo do núcleo familiar. Somente nesse contexto, a partir de relações externas ao seu estrato social, segundo ele, o camponês assume um papel na relação com os detentores do poder.

Dante disso, o camponês tem a possibilidade de seguir duas estratégias: “A primeira delas é incrementar a produção; a segunda, reduzir o consumo” (Wolf, 1970, p. 31). Caso opte pela primeira estratégia, “[...] deverá elevar o rendimento do trabalho às suas próprias custas, tendo em vista aumentar a produção e a produtividade, com as quais entrará no mercado” (Wolf, 1970, p. 31). Na segunda estratégia, a “[...] alternativa é solucionar o problema básico por meio da redução do consumo [...]” (Wolf, 1970, p. 31), o que pode ser feito restringindo a alimentação ao básico, limitando as compras ao essencial e confinando-se à capacidade de produzir o necessário para sua subsistência.

Wolf conclui que “[...] a existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades [...]”, as quais colaboram para a luta pela sobrevivência do camponês, inserido em uma estrutura que “[...] o ameaça de extinção” (Wolf, 1970, p. 34).

Além das relações sociais, o ser humano necessita de fontes de energia para sobreviver, como alimentos, e de outras fontes “[...] para a produção de energia nos processos produtivos” (Lima, 2009, p. 35). Tais fontes energéticas são denominadas por Wolf de ecótipos.

Em sua análise sobre a economia camponesa, Wolf (1970) apresenta um sistema camponês que busca gerar sustento e excedente. O antropólogo estabelece uma tipologia que ele denomina ecótipos, que se refere a “[...] um sistema de transferência de energia do meio ambiente para o homem” (Wolf, 1970, p. 36). Silva (2012) comenta que os ecótipos

se dividem em paleotécnicos (sistemas técnicos ancestrais) e neotécnicos, “[...] que influenciaram o campesinato e foram, em alguns casos, adotados total ou parcialmente por ele” (Silva, 2012, p. 11, grifo nosso).

Na tipologia dos paleotécnicos, o camponês aproveita ao máximo os meios naturais, produzindo a maior parte dos serviços agrícolas e especializados e estabelecendo ligações mínimas com o exterior (Lima, 2009). Já na tipologia dos neotécnicos, o camponês está mais dependente do mercado, tanto para a aquisição quanto para a circulação de produtos. Dessa forma, o grau de complexidade da integração ao mercado confronta-se, principalmente, com o sistema no qual o próprio camponês está operando (Lima, 2009). Wolf (1970) explica que existem “[...] compreensões elaboradas dentro do modo de vida camponês, para limitar a capacidade de participar de maneira flexível de um mercado que determina preços como este” (Wolf, 1970, p. 67). Caso esse camponês atue em um sistema paleotécnico, “[...] no qual se alimenta de parte do que produz, continuará produzindo para subsistência, apesar de outros tipos de determinantes que apareçam no mercado” (Wolf, 1970, p. 67).

Atuando no sistema paleotécnico, o camponês pode flexibilizar sua subordinação em relação ao mercado, alimentando-se do que produz. No sistema neotécnico, por sua vez, o camponês produz comercialmente, tornando-se mais vulnerável às flutuações de preços (Lima, 2009). As diferentes formas de exercício do poder econômico, assim como as estratégias para enfrentar o dilema supracitado, resultam na diversificação da agricultura, como observado nos assentamentos da reforma agrária.

Wolf (1970) salienta que, além das práticas agrícolas, os camponeses estão envolvidos em atividades não agrícolas, como os processos de transformação. Por exemplo, as sementes de milho e trigo são convertidas em farinhas e, posteriormente, em pães; o leite é utilizado para fazer queijo e manteiga; e a carne suína se transforma em salame e torresmo. Segundo Bedim, “[...] os camponeses estabelecem arranjos no âmbito da produção e da distribuição de suas mercadorias, onde a esfera funcional se atrela à estrutura de sua organização sociocultural” (Bedim, 2007, p. 75).

Para compreender a dinâmica da economia camponesa em relação às atividades não agrícolas, Wolf (1970) destaca dois aspectos que devem ser considerados: (i) até que ponto a própria família do camponês se encarrega dos artesanatos necessários ou até que ponto ela repassa esses encargos a terceiros, pagando-lhes em alimentos; e (ii) até que ponto o camponês processa seus produtos ou, ao contrário, os entrega para um beneficiamento realizado por especialistas.

Os camponeses/agricultores são, portanto, sujeitos flexíveis que não produzem apenas para a subsistência. A produção de excedentes e suas diferentes práticas agrícolas os inserem como uma parte expressiva do sistema econômico, político e social (Souza, Lazzaretti, 2024a).

Segundo Wolf, a pesquisa sobre as práticas de circulação dos produtos e serviços

gerados pela unidade de produção camponesa permite compreender seu sistema de troca com a sociedade mais ampla. Nessa direção, “[...] os mecanismos específicos que asseguram a troca dos frutos do cultivo com outras habilidades estão, consequentemente, ligados à escala e aos objetivos da divisão de trabalho da sociedade envolvente” (Wolf, 1970, p. 60). Assim, o antropólogo entende que o campesinato se expõe continuamente a uma “[...] gama de pressões que desafiam sua existência, sejam essas derivadas do ecótipo específico [...] ou pressões que emanam do sistema social, como a sobrevivência da família e a demanda por terra” (Lima, 2009, p. 36).

Além disso, as pressões provenientes do sistema econômico global interferem diretamente na unidade de produção e, em muitos casos, direcionam suas ações. Lima (2009), com base na obra de Wolf, explica que “ao mesmo tempo em que os camponeses sofrem pressões seletivas, eles tendem a desenvolver estratégias defensivas” (Lima, 2009, p. 36), buscando soluções específicas. Uma das alternativas, em casos complexos, é estabelecer ações de ajuda mútua e alianças (coalizações), entendidas como “[...] uma combinação ou ligação entre pessoas, facções e Estado, geralmente temporária” (Lima, 2009, p. 36).

As coalizações podem ser classificadas como horizontais, envolvendo camponeses entre si, ou verticais, que incluem camponeses e superiores fora do grupo. Sob cada uma dessas condições, ou mesmo sob a combinação delas, os camponeses têm a possibilidade de se encontrar em diferentes contextos sociais, interagindo com indivíduos distintos e engajando-se em atividades destinadas a fins diversos (Wolf, 1970). Tais coalizações, na visão de Lima (2009), não têm apenas o objetivo de “[...] neutralizar as pressões seletivas que recaem sobre os camponeses, mas também [...] neutralizar as pressões do tipo individual, que partem de indivíduos ou grupos em posição elevada, seja militar, política ou econômica” (Lima, 2009, p. 36). O autor complementa que “são exemplos de coalizão aquelas existentes entre vizinhos, entre camponeses e comerciantes, na criação de grupos de produtores, cooperativas ou mesmo em movimentos de luta pela terra” (Lima, 2009, p. 36).

O antropólogo discute as coalizações unilineares e multilineares, bem como o lugar dessas coalizações na ordem social envolvente. Nesse sentido, ele destaca duas particularidades da organização social: a forte tendência à autonomia das famílias camponesas e o forte “espírito” para formar coalizações em uma base mais ou menos instável, visando a objetivos de curto prazo (Wolf, 1976).

As alianças estratégicas podem ser mobilizadas por diversos motivos. Lima (2009) menciona o caso dos trabalhadores rurais que se empenham em movimentos sociais para lutar pela terra, cujo objetivo é conquistar esse recurso. Assim, “após a consumação desse ato, o camponês torna-se menos coeso com o movimento; porém, surgem novas coalizações, neste caso, nos assentamentos, que têm por finalidade garantir sua subsistência na terra” (Lima, 2009, p. 36).

A maior participação do mercado resulta na modificação e desestruturação do equilíbrio entre o consumo e o trabalho das famílias camponesas. O desejo de produzir constantemente para um mercado “externo”, com o intuito de obter o máximo retorno, torna recomendável a concentração em uma única cultura. Isso ocorre porque os investimentos em equipamentos de processamento, o treinamento para a mão de obra não qualificada, a alocação de tempo de trabalho, o transporte e o processamento são todos simplificados em uma especialização de monocultura (Wolf; Mintz, 2003).

Para o renomado antropólogo, a faceta da agricultura moderna e a concentração dos mercados no sistema agroalimentar impulsionam a desagregação do “mundo camponês”. Schneider e Gazola (2007) ponderam que os camponeses tendem “[...] a deixar de lado a produção do mínimo calórico assim que a sociedade evolui e ocorrem a consolidação das técnicas modernas de cultivo e criação” (Schneider; Gazola, 2007, p. 96). Além disso, eles substituem os cultivos pensando na venda e no lucro” (Schneider; Gazola, 2007, p. 96). Com isso, “pode-se inferir que a produção de fundos no campesinato, segundo Wolf (1976), é um traço marcante e fundante do camponês, pois, sem os diversos fundos, não existiria camponês enquanto tal” (Schneider; Gazola, 2007, p. 96).

A monocultura das commodities tem se enraizado nas práticas modernas da agricultura; entretanto, “[...] não produz apenas sua própria estrutura de classes, mas tem um efeito inibidor sobre a formação de qualquer estrutura de classes alternativa em sua área de controle” (Wolf; Mintz, 2003, p. 167). Assim sendo, essa realidade limita a capacidade e a percepção dos agricultores em construir meios e estratégias para consolidar suas vidas no meio rural (Souza, Lazzaretti, 2024b).

Wolf (1982) ressalta que o capitalismo arrancou “[...] as pessoas de sua matriz social costumeira para transformá-las em atores econômicos, independentes de compromissos sociais anteriores com parentes e vizinhos” (Wolf, 1982, p. 279). O autor delineia esse processo como um “[...] confronto cultural de larga escala, onde o modo de produção capitalista, simultaneamente, cria homogeneidades e heterogeneidades” (Wolf, 1982, p. 379). Essa dinâmica provoca uma ruptura das sociabilidades existentes na cultura camponesa, impulsionando a individualidade e dificultando a reciprocidade. O espírito da dádiva — de dar, receber e retribuir — se perde no caminho da modernidade; “[...] as vidas das pessoas foram assim reformuladas para corresponder aos ditames do capital” (Wolf, 1982, p. 422).

O antropólogo enfatiza que os processos históricos são pre eminentemente políticos e econômicos, reforçados pela ideologia. As concentrações de poder, mesmo quando alcançadas, continuam a agir de forma disruptiva em um ‘campo de forças’ competitivo, em constante mudança e desenvolvimento desigual. Tais relações representam uma chave fundamental para analisarmos as estratégias relacionadas à construção da autonomia dos agricultores familiares.

Ao longo deste artigo, exploraremos as diferentes formas de poder que estruturam as

relações entre camponeses e grupos dominantes no contexto agrário brasileiro. Em primeiro lugar, o poder individual revela a capacidade de cada camponês de agir e influenciar seu ambiente, mesmo que essa influência seja limitada pelas estruturas sociais. Em seguida, o poder transacional evidencia como as interações pessoais entre camponeses e elites moldam a dinâmica do poder, destacando a capacidade de alguns indivíduos imporem suas vontades sobre outros.

Por sua vez, o poder tático ou organizacional demonstra como contextos sociais específicos podem ser controlados, permitindo que certas elites mantenham sua posição de domínio ao regular as interações e as oportunidades de ação dos camponeses. Por último, o poder estrutural destaca a organização das relações sociais e econômicas, que perpetua as desigualdades existentes e marginaliza a voz dos camponeses nas decisões que afetam suas vidas.

Essas relações desiguais entre camponeses e grupos dominantes, caracterizadas por diferentes formas de poder e resistência à dominação, são fundamentais para compreendermos as dinâmicas sociais que permeiam o campo agrário brasileiro. A análise das interações entre esses quatro tipos de poder não apenas ilumina a complexidade das relações sociais no campo, mas também oferece uma base sólida para a compreensão das lutas por autonomia e justiça social dos camponeses. Assim, é essencial que as discussões sobre políticas agrárias e reforma agrária considerem essas dinâmicas de poder, a fim de promover um campo mais equitativo e sustentável diante das complexidades e desafios que a sociedade atual enfrenta, especialmente em relação às crises climáticas.

Muitas dessas assimetrias de poder são responsáveis por desencadear crises resultantes do paradoxo da sociedade de classes, onde os governados — neste caso, os agricultores familiares — são obrigados a aceitar as condições impostas pelos sistemas alimentares dominantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como Eric Wolf analisa a assimetria de poder entre camponeses e governantes, explorando as dinâmicas de dominação, a apropriação de excedentes e as estratégias de resistência dos camponeses. A partir da revisão de sua obra, constatou-se que Wolf coloca os camponeses no centro de processos históricos e econômicos globais, destacando, ao mesmo tempo, o caráter desigual dessas relações. A dominação exercida pelas elites se reflete na transferência forçada de excedentes e na subordinação econômica. Apesar disso, os camponeses continuam a desenvolver estratégias para manter uma relativa autonomia, seja por meio de coalizões ou de formas de resistência.

Os sistemas agroalimentares contemporâneos intensificam a desagregação do “mundo camponês”, uma vez que a modernização da agricultura e as demandas do mercado

global enfraquecem a base de subsistência tradicional. Wolf pondera que, conforme as técnicas agrícolas modernas se consolidam, os camponeses tendem a abandonar a produção mínima calórica necessária para sua subsistência e a substituir os cultivos com foco no lucro e na venda de produtos. Esse processo resulta em uma maior dependência do mercado e em vulnerabilidade diante das flutuações econômicas globais, agravando a desigualdade estrutural entre camponeses e elites dominantes.

Os resultados desta pesquisa são relevantes tanto para a sociedade quanto para a academia. Para a sociedade, a compreensão das relações entre camponeses e elites é essencial para os debates sobre reforma agrária, políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e justiça social no campo. Wolf oferece um arcabouço teórico para discutir as implicações da modernização agrícola, da globalização e do capitalismo sobre as populações rurais, temas urgentes no Brasil contemporâneo. Para a academia, o estudo de Wolf oferece uma base sólida para análises críticas das dinâmicas de poder no campo e pode ser ampliado em investigações interdisciplinares que envolvem sociologia, economia política e antropologia (Souza, 2024).

No entanto, esta pesquisa apresenta algumas limitações. A revisão bibliográfica foca principalmente nas obras clássicas de Wolf, o que pode deixar de considerar nuances ou debates mais recentes sobre o campesinato em contextos contemporâneos. Além disso, o estudo não explora de maneira empírica as realidades dos camponeses no Brasil atual, o que seria relevante para contextualizar melhor as teorias de Wolf.

Como recomendações para pesquisas futuras, seria interessante realizar estudos comparativos entre as teorias de Wolf e outros pensadores contemporâneos que tratam da agricultura familiar e dos movimentos camponeses no século XXI, especialmente no contexto da América Latina. Ademais, investigações empíricas que avaliem como as populações camponesas enfrentam as pressões dos sistemas agroalimentares modernos podem trazer contribuições valiosas, ampliando o debate sobre autonomia, resistência e transformação social no campo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec/ Edunicamp/ ANPOCS, 1992.
- BEDIM, Bruno Pereira. Perspectivas conceituais na controvérsia da abstração: o lugar histórico do camponês no mundo moderno. *Revista Geografias*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 54-71, julho-dezembro de 2007.
- CARVALHO, L. C. A política da ação coletiva: estudos rurais em perspectiva comparada. Nuap, 2017. Disponível em: <<http://nuap/etc.br/a-politica-da-acao-coletiva-estudos-rurais-em-perspectiva-comparada/>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CUNHA, A. R. B. A. "Para não deixar morrer a agricultura [familiar]": projetos, estratégias e práticas de uma história de resistência no semiárido pernambucano. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LIMA, Ivanildo Vieira. No sistema neotécnico, o camponês produz comercialmente, tornando-se mais vulnerável à flutuação dos preços. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.

RIBEIRO, Gustavo Lins, "Para uma Antropologia Mundial: Eric Wolf e os 'Povos sem História'", *Anuário Antropológico* 83, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 257-269. 1985.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Territorialidades camponesas do Cerrado: o saber gerado a partir do conhecimento local. \**Campo-Território: revista de geografia agrária\**, v. 7, n. 14, p. 1-35, ago. 2012.

SOUZA, A. L. de; LAZZARETTI, M. Ângelo. A trajetória do MST: conquistas, desafios e a integração aos mercados institucionais. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 13(2), e1113, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-137-2024>.

SOUZA, A. L. de; LAZZARETTI, M. Ângelo. Tecendo conexões: juventude rural, territórios e desigualdades - uma análise a partir do censo agropecuário de 2017. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 17(4), e6355, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-141>.

WOLF, E. *Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOLF, E. R. *Peasants*. Foundations of Modern Anthropology Series. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1966.

WOLF, E. R. *Peasant wars of the twentieth century*. New York: Harper and Row, 1969.

WOLF, E. R. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 1982.

WOLF, E. R. Ideas and power. In: WOLF, E. R. *Pathways of power: Building an anthropology of the modern world*. Berkeley: University of California Press, 2001. p. 370-382.

WOLF, E. R. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: NEVES, E. F. *Antropologia e Poder*. Brasília: Editora da UnB/ Editora da UNICAMP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

WOLF, E. R.; SIDNEY, W. M. *Haciendas and plantations in middle America and the Antilles*. Social and Economic Studies, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 380-412, 1957.

WOLF, Eric R., 1999, *Envisioning Power: Ideologies of Dominance and Crisis*, Berkeley, University of California Press. DOI : 10.1525/9780520921726

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec/EDUMB, 1995.

YENGOYAN, Aram A., 2001, "Foreword: Culture and Power in the Writings of Eric Wolf", WOLF, Eric R., *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, viii-xviii